

Reuniões dos Centros de Inteligência da JF apresentam resultados para a desjudicialização das demandas previdenciárias



Estudos cooperativos e ações interinstitucionais coordenadas com a participação dos Centros de Inteligência da Justiça Federal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Defensoria Pública da União (DPU) já apresentam resultados positivos relacionados à prevenção de conflitos previdenciários.

Nos dias 11 e 12 de setembro, foi realizada a segunda reunião de trabalho no Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF), com o objetivo de analisar temas previdenciários recorrentes no sistema de justiça que geram judicialização excessiva. Participaram integrantes dos Centros de Inteligência, juízes auxiliares do CJF e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), procuradores federais que atuam junto ao INSS, defensores públicos federais e servidores do Executivo e do Judiciário.

Ações em andamento - Segundo a coordenadora do Grupo Operacional do CIn, juíza federal Vânia Cardoso André de Moraes, já foi possível constatar ações positivas em andamento. “O objetivo específico é sugerir iniciativas e estabelecer estratégias que diminuam a judicialização previdenciária como, por exemplo, qualificação do devido processo legal administrativo, estudo dos precedentes que já poderiam ser internalizados pela Administração Pública e análise de atos administrativos gerais que acarretam a judicialização. A finalidade essencial

desse trabalho, entretanto, é garantir a efetividade e eficiência das instituições e facilitar o acesso do cidadão aos benefícios a que tem direito, num tempo razoável”, ressaltou a juíza.

Após a primeira reunião, algumas ações já foram materializadas. Segundo a juíza auxiliar da Presidência do CNJ, Lívia Peres, houve a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o CNJ, INSS e Secretaria Especial da Previdência do Trabalho para intercâmbio de base de dados, em que terão acesso aos laudos das perícias médicas da via administrativa, além da preparação de um curso a distância de peritos médicos judiciais.

As iniciativas a cargo do INSS também avançaram desde a última reunião. Nas palavras do procurador-chefe da PFE/INSS, Adler Alves, foi dado seguimento a processos administrativos que visam absorver orientações jurisprudenciais consolidadas no âmbito da autarquia, além de terem sido iniciadas conversas com a DPU para estabelecer uma rotina

de composição extrajudicial entre a DPU e o INSS.

Já por parte da DPU, a defensora pública federal Fernanda Hahn esclareceu que foi criado o Centro de Articulação de Soluções Extrajudiciais Previdenciárias (CASEP), pela Portaria DPGU n. 701/2019, com o intuito de estabelecer um diálogo institucional permanente com o INSS, buscando a solução extrajudicial de litígios.

Estratégia Nacional Integrada para Desjudicialização da Previdência Social - A Estratégia Nacional Integrada para Desjudicialização da Previdência Social criou recentemente um Comitê Executivo (Portaria n. 127, do dia 10/9/2019), no qual tem assento o CNJ, CJF, Secretaria Especial da Previdência do Trabalho, AGU, INSS e DPU. Esses órgãos assinaram a Estratégia juntamente com o Ministério da Economia.

Centros de Inteligência da Justiça Federal - Os Centros de Inteligência da Justiça Federal, instituídos pela Resolução CJF n. 499/2018, são coordenados pela corregedora-geral da JF e diretora do CEJ, ministra Maria Thereza de Assis Moura. São espaços administrativos horizontais em que participam integrantes de todas as instâncias do Poder Judiciário Federal, com a finalidade de prevenir conflitos, monitorar demandas e gerenciar o sistema de precedentes.

O Centro Nacional de Inteligência (Cin) está vinculado ao CEJ. Já os Centros Locais, atuam nas Seções Judiciárias em todo o território nacional.

Fonte: CJF

Abertas as inscrições de magistrado para prestar auxílio à 9ª Vara da SJMA



Para juízes federais e juízes federais substitutos atuantes na 1ª Região, o TRF1 oferece vaga para prestar auxílio, de forma voluntária e sem ônus ao Tribunal, à 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão (SJMA).

O auxílio é temporário, com duração de quatro meses que podem ser prorrogados, e, para participar, os magistrados devem atender a critérios como: não ter processos conclusos há mais de 180 dias

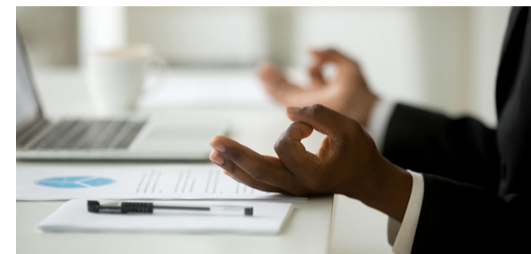
no próprio acervo; atuar em vara federal com ambos os cargos de magistrados providos e em efetiva atuação no período da designação e ter acervo atribuído menor do que o acervo do juiz federal substituto da 9ª Vara Federal da SJMA (6.240 processos em 26/08/2018).

As inscrições devem ser feitas no período de 16 a 20 de setembro mediante encaminhamento de e-mail, com a manifestação de interesse, para a Corregedoria Regional (Coger) no endereço eletrônico gager.corregedoria@trf1.jus.br, anexando o relatório de processos de seu acervo conclusos para sentença.

Mais informações sobre o processo seletivo estão disponíveis em edital, publicado no portal do TRF1. Para conferir, acesse: <http://bit.ly/2kEzUXW>

Fonte: TRF1

Curso aborda saúde mental e trabalho no Poder Judiciário



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) abriu curso online gratuito sobre saúde mental para desmistificar o tema e chamar a atenção para a importância da identificação e prevenção do adoecimento no ambiente de trabalho. Entre os temas abordados estão a definição dos principais transtornos mentais (depressão, estresse, Síndrome de Burnout e outros), os fatores que contribuem para o adoecimento e as ações para a promoção do autocuidado da saúde mental.

O curso foi desenvolvido pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário do CNJ (CEAJUD). As aulas serão realizadas a distância, de forma autoinstrucional, e são destinadas para servidores e colaboradores do Poder Judiciário. A carga horária é de 35 horas, com o conteúdo dividido em quatro módulos, sendo necessário realizar uma avaliação para ter acesso ao certificado. O curso poderá ser contabilizado para Adicional de Qualificação (AQ).

Saúde e Justiça - Um levantamento divulgado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ em 2017 mostrou que os transtornos mentais e comportamentais foi o quarto grupo de doenças mais expressivo nas ausências ao trabalho no Judiciário naquele ano, com 17.826 ocorrências, correspondendo a 11,8% do absenteísmo-doença. Segundo a pesquisa, as doenças mais frequentes em juízes e servidores são: reações ao estresse, episódios depressivos, transtornos de ansiedade, dores na coluna, sinusite aguda, diarreia, conjuntivite e resfriado.

O lançamento do curso coincidiu com o encerramento do II Seminário de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e realizado no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Para fazer a inscrição, acesse: <http://bit.ly/2IY1KPa> (Fonte: CNJ)

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Serviço de Comunicação Social - SERCOM. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Tiragem:** 4 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.

Aniversariantes

Hoje: Ana Paula de Mello Borba (22ª Vara), Paulo Emilio Oliveira Coutinho (21ª Vara), Rosane Maria Carvalho da Silva (NUCJU), Paulo Augusto Rocha de Lima (Campo Formoso), João de Matos Pereira de Souza Neto (NU-TEC), Eivan Sales de Souza (Barreiras), Bruna Costa Mota (3ª Vara) e Roselia Aguiar Fagundes Souza (Teixeira de Freitas). **Amanhã:** Shirley Rogéria Costa da Silva (Ilhéus) e Matheus Pereira Bispo (Itabuna).

Parabéns!